

PERSPECTIVAS DA DEPENDÊNCIA NA VELHICE: PECULIARIDADES E IMPLICAÇÕES DAS DINÂMICAS SOCIAIS E SOCIOECONÔMICAS

Thais da Silva Ferreira¹
Larissa Fernandes Camargo²
Jeniffer Ferreira Costa³
Ana Paula Santos Soares de Paula⁴
Dante Ogassavara⁵
José Maria Montiel⁶

RESUMO

O envelhecimento humano é um processo multifacetado que abrange não apenas mudanças físicas e cognitivas, mas também implicações nas dinâmicas sociais e socioeconômicas. Este estudo teve como objetivo investigar as especificidades da dependência no contexto do envelhecimento, considerando fatores contextuais como representações sociais e características socioeconômicas. Por meio de uma abordagem qualitativa e revisão narrativa da literatura, foram analisados 29 estudos disponíveis em bancos de dados como SciELO e Google Acadêmico. Os resultados destacam a influência das representações sociais sobre a velhice, que vão desde as percepções individuais até a formulação de políticas públicas. Foi observada uma relação direta entre a qualidade da rede de apoio social do indivíduo e as vulnerabilidades relacionadas à dependência. Além disso, evidenciou-se que mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas, como a transição para a aposentadoria e a escassez de recursos socioeconômicos, podem aumentar a dependência dos idosos. Conclui-se que há uma interação significativa entre as atribuições sociais e o nível socioeconômico do indivíduo no contexto da dependência. Nessa conjuntura, tais variáveis podem mitigar as capacidades de cuidado e representar riscos para a autonomia e qualidade de vida dos idosos. Essas descobertas ressaltam a importância de políticas e intervenções que considerem esses aspectos para promover um envelhecimento saudável e com maior qualidade de vida.

Palavras-Chave: Envelhecimento; Apoio Social; Qualidade de Vida.

PERSPECTIVES OF DEPENDENCY IN OLD AGE: PECULIARITIES AND IMPLICATIONS OF SOCIAL AND SOCIOECONOMIC DYNAMICS

ABSTRACT

Human aging is a multifaceted process that encompasses not only physical and cognitive changes but also implications on social and socioeconomic dynamics. This study aimed to investigate the specificities of dependence in the context of aging, considering contextual factors such as social representations and socioeconomic characteristics. Through a qualitative approach and narrative literature review, 29 studies available in databases such as SciELO and Google Scholar were analyzed. The results highlight the influence of social representations of old age, ranging from individual perceptions to the formulation of public policies. A direct relationship was observed between the quality of an individual's social support network and vulnerabilities related to dependence. Furthermore, it was evidenced that changes in social and economic dynamics, such as transitioning into retirement and the scarcity of socioeconomic resources, can increase elderly dependency. It is concluded that there is a significant interaction between social attributions and the individual's socioeconomic level in the context of dependence. In this context, such variables can mitigate caregiving capabilities and represent risks to the autonomy and

¹ Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo. thais.sil.fe@hotmail.com

² Economista. Graduada pela Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo. larissafcamargo6@gmail.com

³ Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo. cij.jeniffer@gmail.com

⁴ Advogada. Graduada em Letras e em Direito. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo. anapaulasoesadvogada@gmail.com

⁵ Psicólogo. Mestre em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo. ogassavara.d@gmail.com

⁶ Psicólogo. Mestre e Doutor em Psicologia. Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu/Instituto Ânima, São Paulo. montieljm@hotmail.com

quality of life of the elderly. These findings underscore the importance of policies and interventions that consider these aspects to promote healthy aging and a higher quality of life.

Keywords: Aging; Social Support; Quality of Life.

Recebido em 20 de fevereiro de 2024. Aprovado em 01 de maio de 2024

INTRODUÇÃO

A investigação científica sobre os seres humanos é um empreendimento contínuo e em evolução constante. Essa atividade de exploração, persistente ao longo do tempo, não apenas impulsionou o avanço científico, mas também está intrinsecamente ligada à evolução da humanidade. No campo do envelhecimento humano, há um consenso sobre questões fundamentais que ressaltam a interconexão entre diversas disciplinas, considerando a vasta diversidade individual influenciada por uma variedade de fatores. Isso inclui o reconhecimento do papel ativo dos indivíduos em seu próprio processo de desenvolvimento. Além disso, é amplamente reconhecida a forte influência dos contextos histórico e cultural, que moldam as experiências e os percursos de vida dos indivíduos (Papalia, 2023).

Partindo desse conceito, o desenvolvimento humano é composto por uma série de integrações, como por exemplo os aspectos da genética e da biologia, que constituem as características intrínsecas ao desenvolvimento humano. Cita-se também que os elementos vinculados à cultura e à sociedade assumem, nesse contexto, uma relevância significativa. Durante os estágios da vida humana, a cultura, como um sistema compartilhado de símbolos e significados, desempenha um papel relevante na formação de identidades individuais e coletivas. As normas, valores e práticas culturais influenciam diretamente a percepção do sujeito sobre si, seus desejos, possibilidades, escolhas e práticas (Rabello, 2010).

A análise de Almeida (2003), Oliveira et al. (2003) e Papalia (2022) sobre o desenvolvimento humano, sob a perspectiva das representações sociais, incorpora aspectos biopsicossociais. Segundo os autores, cada fase do desenvolvimento está intrinsecamente associada a representações sociais específicas, sendo estas não inflexíveis, uma vez que cada tempo histórico possui notoriamente suas especificidades e atribuições. Atualmente, majoritariamente nas sociedades ocidentais, na infância, há a associação com a inocência e dependência, enquanto a adolescência é marcada por transformações corporais, crises existenciais e a emergência da sexualidade, aspectos que também têm raízes biológicas. A vida adulta, por sua vez, é caracterizada pela produtividade, trabalho e estabilidade, envolvendo tanto fatores sociais quanto biológicos. Já na velhice, além das representações de sabedoria e experiência, há atribuições negativas relacionadas a inutilidade, além de atributos físicos do envelhecimento normativo do corpo. Essas reflexões corroboram a complexa interconexão entre representações sociais e processos biológicos ao longo do ciclo de vida humana.

Em relação aos aspectos físicos do envelhecimento, é importante ressaltar que a velhice não deve ser automaticamente associada à dependência funcional. No entanto, devido ao processo natural de envelhecimento, os idosos tendem a ficar mais vulneráveis a condições de fragilidade (Cabral et al., 2019). Por exemplo, é comum ocorrer um declínio cognitivo normativo nessa fase da vida devido à neurodegeneração com implicações em áreas como orientação, memória recente, resolução de problemas, habilidades motoras e processamento de informações. Além disso, são frequentemente observadas reduções nas habilidades de compreensão,

nomeação, fluência verbal, memória operativa, atenção complexa e funções executivas (Neri; Neri, 2013).

As vulnerabilidades e riscos físicos e cognitivos na velhice relacionam-se a diversos aspectos, incluindo a reserva cognitiva e a neuroplasticidade cerebral criada ao longo da vida, que pode ser fortificada também na velhice, possuindo um fator protetivo aos declínios citados e sendo facilitadora da adaptação às novas demandas dessa fase de vida (Matos et al., 2021). Incluem-se como risco ao declínio cognitivo uma gama de variáveis, como a presença de sintomas depressivos (Silva-Ferreira et al., 2021), os níveis socioeconômicos, a escolaridade e até mesmo a qualidade dos vínculos sociais (Brandebusque et al., 2020).

A capacidade cognitiva ampara tanto a autonomia quanto a independência do indivíduo durante todo o desenvolvimento humano (Silva-Ferreira, 2021). É relevante também realizar a distinção entre ambos os termos, sendo que a autonomia diz respeito ao exercício e à noção de liberdade individual nas tomadas de decisões, fundamentando-se em uma variedade de habilidades que capacitam o indivíduo a entender a realidade, avaliar diferentes opções, estabelecer objetivos e comunicar-se assertivamente nas interações interpessoais. Enquanto o conceito de independência está relacionado ao aspecto funcional do indivíduo, manifestando-se na sua capacidade de executar as tarefas do cotidiano e de autocuidado (Lemos; Medeiros, 2013).

Nota-se, assim, que a compreensão do envelhecimento humano envolve diversos conhecimentos e, para compreender integralmente o indivíduo, torna-se necessário adotar uma abordagem interdisciplinar (Silva-Ferreira et al., 2023). Diante dessas implicações, evidencia-se que a dependência, independência e a autonomia assumem diferentes ao longo do ciclo de vida, influenciadas também por diversas representações sociais. Com esse propósito, a presente pesquisa objetivou investigar as particularidades da dependência no contexto do envelhecimento, considerando fatores contextuais como representações sociais e características socioeconômicas.

METODOLOGIA

Considerando o objetivo deste estudo, pautou-se em uma abordagem de pesquisa qualitativa, focando nos fatores contextuais do objeto de estudo, com delineamento transversal para capturar uma visão pontual no tempo e de caráter descritivo, visando compreender e interpretar as variáveis sem manipulação (Campos, 2019). Sobre o método utilizado, este estudo define-se como uma revisão bibliográfica da literatura científica visando sintetizar as contribuições pré-existentes acerca de determinada temática (Bernard; Nobre; Jatene, 2004). Em específico, optou-se por realizar uma revisão narrativa da literatura, possibilitando a apresentação do estudo com abrangência e coerência das discussões propostas sobre a temática ao considerar diferentes fontes de informação para identificar fatores contextuais relevantes (Ogassavara et al., 2023).

Os materiais considerados foram obras no formato de artigos publicados em periódicos científicos e livros que abordam a temática em questão para propiciar seu desenvolvimento. A investigação foi realizada entre os meses de dezembro e fevereiro de 2024. O levantamento foi realizado em bases de dados e bibliotecas virtuais como o SciELO e o Google Acadêmico, utilizando palavras-chave como “Envelhecimento”, “Pessoa Idosa”, “Desenvolvimento humano”, “Dependência” e “Independência”, usados em combinações diferentes e separadamente. Com o intuito de abranger obras clássicas, foram incluídas obras sem a delimitação de seu tempo de publicação,

porém, atentou-se para abarcar obras atuais no desenvolvimento quando possível. Seguindo os pressupostos de uma revisão narrativa da literatura, foram selecionadas de maneira intencional 29 materiais para a construção deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dependência(s) e as dinâmicas sociais e socioeconômicas no envelhecimento humano

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) evidencia uma mudança significativa na estrutura etária da população, destacando um aumento na proporção de pessoas com mais de 60 anos em 2022 em comparação com a faixa etária de 0 a 14 anos. Este aumento resulta em uma proporção de 55,2 idosos para cada 100 indivíduos dentro dessas duas faixas etárias. Além disso, houve uma alteração na razão de dependência da população brasileira, com um aumento de 11,2 para 14,7 na proporção de pessoas idosas dependentes entre os anos de 2012 e 2021. Essa mudança implica em uma carga econômica devido à redução do potencial de uma parte da população para realizar atividades laborais, o que ressalta a necessidade de redirecionamento de políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à previdência social e à saúde (Cabral, 2022).

No contexto do desenvolvimento humano a dependência se configura como uma condição fluida, permeada pela influência de fatores biopsicossociais que se transformam ao longo das fases da vida. Esses elementos desempenham um papel essencial na conformação de relações de interdependência, desde a infância até a velhice. Diante dessa compreensão, a dependência se apresenta como um conceito de condição mutável, suscetível à influência de fatores multidimensionais que evoluem ao longo das diversas fases da vida, conforme a análise dos estudos de Santos (2011). Logo, a formação de relações de interdependência é impactada por elementos individuais, familiares, culturais e econômicos que desempenham um papel central nesse processo (Papalia, 2023).

Os contextos de diminuição da participação social e de diminuição do aporte socioeconômico levam frequentemente ao aumento progressivo da dependência e dos níveis de suporte necessários (Uchôa; Firmo; Lima-Costa, 2002). Ao abordar a vulnerabilidade enfrentada pela população idosa, é crucial reconhecer que a satisfação das necessidades individuais frequentemente depende do apoio proveniente de redes de suporte compostas por familiares, amigos e membros da comunidade que assumem o papel de cuidadores informais. Além disso, há o suporte formal oferecido por meio de estruturas como hospitais, postos de saúde, profissionais da saúde e outras instituições de cuidado, onde profissionais qualificados desempenham um papel na atenção às necessidades dos idosos (Rodrigues et al., 2016).

A desigualdade econômica afeta diretamente o acesso a uma ampla gama de recursos, inclusive os relacionados ao suporte em saúde como a presença de cuidadores formais e a amplitude e qualidade da rede de apoio informal, especialmente para grupos vulneráveis como a população idosa. A diminuição do acesso ao mercado de trabalho e o aumento das demandas de saúde tornam essa parcela da sociedade mais suscetível aos impactos dessa disparidade. Isso compromete a capacidade dos idosos em obter os serviços de saúde necessários, até mesmo aqueles que são fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que se colocam como problemática contextos em que há a diminuição da

funcionalidade dos sujeitos. Além disso, a própria hospitalização pode resultar em uma redução da capacidade funcional de pessoas idosas, destacando a necessidade de serviços especializados adequados à tal faixa etária (Travassos; Martins, 2004; Tavares, Nunes; Grácio, 2021).

No Brasil, o sistema de saúde é composto pelo SUS, que oferece atendimento gratuito, e por unidades da rede privada. Estudos destacam vantagens e desafios em ambos os setores. No entanto, para assegurar a abrangência dos cuidados de saúde, é crucial uma maior integração entre os diferentes níveis de atenção, especificamente na atenção primária. Verifica-se uma lacuna entre os direitos constitucionalmente garantidos aos idosos em relação à saúde e a realidade da prática, com apenas uma parte deles tendo acesso facilitado aos serviços de saúde, apesar da priorização no atendimento. Isso ocorre, em parte, devido à escassez de profissionais especializados disponíveis para atender essa população (Vieira Jr.; Martins, 2015; Almeida et al., 2020; Lima et al., 2018; Lutz et al., 2022; Martins et al., 2014).

Esse dificultador enquanto ao acesso à saúde por parte da população idosa, aliado à carência de recursos sociais, deficiências na rede de apoio e à escassez de recursos financeiros, contribui significativamente para o agravamento da dependência entre os idosos. Segundo Paúl (2005/2017), a presença de uma rede de apoio bem estruturada pode atenuar os efeitos negativos da dependência, promovendo a autonomia e proporcionando cuidados adequados. No entanto, a falta substancial de ambos os recursos resulta em quadros mais severos de disfuncionalidade, afetando não apenas o acesso a serviços, mas também a identidade social dos idosos. Conforme ressaltado pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005), a inadequação da rede de apoio está associada a uma maior incidência de morbidade e a problemas de saúde, além de contribuir para a incapacidade funcional.

Nesse contexto, diversos estudos têm objetivado analisar a relação entre características socioeconômicas e o nível de dependência ou funcionalidade de pessoas idosas. O estudo de Lima et al. (2017) identificou a relação entre a dependência funcional e baixa renda, baixos níveis de escolaridade e a falta do exercício de atividades remuneradas. Em concordância, o estudo de Del Duca, Martinez e Bastos (2012) evidenciou menores níveis de escolaridade e a necessidade de cuidado domiciliar. Adicionalmente, em relação à possibilidade de acesso aos cuidados, foi observado que o maior nível econômico esteve associado a uma variedade maior de escolha de serviços especializados de cuidado formal em domicílio. Os autores ainda identificaram que a inatividade física e as implicações funcionais estavam associadas tanto ao perfil de idosos dependentes quanto a eventos de hospitalização recentes.

De maneira geral, há um consenso na literatura quanto ao impacto na qualidade de vida de pessoas idosas, especialmente no que diz respeito à funcionalidade e dependência (Pereira; Araujo; Santos, 2020). Em relação aos comprometimentos multidimensionais na qualidade de vida de idosos dependentes, o estudo de Torres et al. (2009) favoreceu o entendimento de que os comprometimentos na dinâmica familiar, ou seja, a discussão sobre a qualidade da rede de apoio, foram os aspectos que mais influenciaram de maneira negativa a percepção da qualidade de vida desses idosos dependentes.

Mudanças nas dinâmicas sociais e socioeconômicas no envelhecimento humano

Conforme Papalia (2000–2021) e Freitas (2007), o envelhecimento é constituído por um conjunto multifacetado de ideias, imagens e valores, elaborados individualmente para conferir significado à realidade circundante ao eu e ao outro. Essas representações, enquanto construções cognitivas, servem como instrumentos fundamentais na atribuição de sentido ao mundo e às complexas interações mentais que os indivíduos mantêm consigo mesmos, com os outros e com o ambiente que os cerca. Ao longo do curso do desenvolvimento humano, as representações mentais experimentam transformações, refletindo ajustes nos valores, crenças e experiências individuais que ocorrem concomitantemente ao processo de socialização e crescimento.

Aponta-se que na sociedade ocidental não só existem as representações sociais sobre a idade, como também há uma regulamentação estatal sobre cada fase de vida que se reflete em diversas dimensões, desde o ambiente doméstico até o âmbito do consumo, apesar das vulnerabilidades e potencialidades de cada uma. A fase inicial da vida, que inclui infância, adolescência e juventude, é dedicada à educação; a idade adulta está associada à reprodução e à inserção no mercado de trabalho; enquanto a velhice é caracterizada pelo período de aposentadoria (MINAYO; Coimbra Jr., 2002).

Deste modo, é relevante explicitar que a fase de vida da velhice traz consigo a necessidade adaptativa devido às mudanças que ocorrem, não apenas nos aspectos físicos e cognitivos, mas também no contexto social e na perspectiva socioeconômica do indivíduo. Nesta fase, a aposentadoria surge como um marco significativo, representando não apenas o fim da vida laboral ativa, mas também uma transição que demanda adaptações multidimensionais. No Brasil, a aposentadoria é um direito garantido pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 1991) para aqueles que contribuíram durante a fase de atividade laboral produtiva, havendo algumas modalidades relacionadas ao tempo de contribuição, valores, exercícios profissionais e a própria idade. O cálculo previdenciário é uma matéria complexa que demanda análise de diversos elementos. Isso inclui não apenas o tempo de contribuição do segurado, mas também a média dos salários de contribuição ao longo desse período e a legislação previdenciária vigente. O valor final da aposentadoria ou benefício previdenciário é resultado de uma equação complexa que considera múltiplos fatores, tais como o tempo total de contribuição, o tipo específico de aposentadoria ou benefício solicitado e as eventuais regras de transição estabelecidas pelas reformas previdenciárias.

Em relação àqueles que não contribuíram para o sistema previdenciário, existe o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que se destina a pessoas com deficiência e pessoas idosas com mais de 65 anos de idade. O benefício é previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS. É importante ressaltar que esse benefício não é uma aposentadoria e atende pessoas que não conseguem sobreviver sozinhas ou com o apoio da família, comprovando tal impossibilidade de manutenção da vida.

Na fase da velhice, os idosos enfrentam desafios significativos em relação à sua inserção social e à extensão de sua rede de apoio. Esses desafios podem ser exacerbados por eventos como a morte de familiares e amigos próximos, bem como pela transição para a aposentadoria. Por exemplo, muitos idosos contam com a interação social proporcionada pelo ambiente de trabalho, e a aposentadoria pode resultar na perda dessas conexões sociais construídas ao longo dos anos de atividade profissional, assim como a saída do espaço laboral pode levar a uma percepção de perda de status e relevância social. Dentro desse cenário, os idosos muitas vezes se

veem excluídos do ciclo social devido à lógica produtivista, que valoriza principalmente a força de trabalho em detrimento de outras formas de contribuição para a sociedade (Peres, 2007). Além disso, a diminuição da renda proveniente do trabalho pode limitar as oportunidades de participação em atividades sociais que antes eram acessíveis (Uchôa; Firmo; Lima-Costa, 2002).

Com efeito, é crucial abordar essa discussão levando em conta a percepção de perda de relevância social. Quando o prestígio social é vinculado exclusivamente às vias produtivas, outras formas de contribuição social são negligenciadas, o que pode restringir o potencial de toda uma população (Minayo; Coimbra Jr., 2002). É relevante contextualizar as representações atuais moldadas por um paradigma neoliberal que se origina dos tempos industriais. É evidente uma persistência na fragmentação e conservação de conceitos sobre a velhice, remanescentes de décadas anteriores. Por exemplo, como Beauvoir (1970/2018) destacou, a lógica econômica ocidental tende a atribuir valor pessoal exclusivamente à utilidade do indivíduo dentro do sistema capitalista, favorecendo uma visão negativa dos idosos, especialmente devido à associação da velhice com a aposentadoria, o que pode levar a uma percepção de inutilidade. Tal reflexão, realizada há décadas, pode ser identificada também nos dias de hoje. Assim, a percepção de inutilidade na velhice não é apenas um fenômeno individual, e sim uma consequência das relações sociais e econômicas capitalistas que desvalorizam aqueles que não contribuem diretamente para a acumulação de capital (Funcia; Ocké-Reis, 2018).

As atribuições relacionadas à velhice, sejam elas positivas - como a visão do indivíduo idoso como alguém mais experiente, maduro e detentor de sabedoria - ou negativas - que relacionam o ser idoso com a decadência, inutilidade e decrepitude - influenciam de maneira positiva ou negativa na vivência dessa fase de vida (Ferreira-Costa et al., 2023). Observa-se, a partir dos apontamentos de Minayo e Coimbra Jr. (2022), que tal mudança remete também a uma transformação no cenário social, com a necessidade de redefinições sobre a velhice, influenciando as relações familiares, a participação social e política, e moldando uma nova imagem do ser idoso. A partir disso, essa população emergente é vista como atores sociais e políticos, com demandas específicas, tais como a ressignificação da centralidade do trabalho, colocando o foco em pessoas idosas como contribuidoras significativas para a sociedade, desde que sejam reconhecidas como agentes ativos na construção de seu próprio destino e da comunidade em que estão inseridas.

É relevante destacar o insight de Debert (1999), que aponta para um delicado equilíbrio entre a nova concepção da velhice e a sua negação. Ao atribuir características "juvenis" a essa fase da vida, reforça-se a ideia de que a velhice está inevitavelmente ligada à proximidade da morte e a certas vulnerabilidades inerentes. No entanto, esses aspectos fazem parte da experiência plena dessa etapa do desenvolvimento. A referida autora enfatiza a importância de considerar esses elementos para a integração, criação e adaptação de recursos pessoais e sociais, permitindo uma visão realista da velhice que reconheça sua complexidade, potencialidades e desafios. Nesse sentido, destaca-se o fortalecimento da autonomia individual, que pode ser alcançado por meio da interação entre atribuições sociais e um suporte social de qualidade. Além disso, o acesso a recursos adequados, que vão desde o suporte financeiro até o conhecimento e a informação, desempenha um papel fundamental. Portanto, a promoção de uma visão integrada e realista da velhice, aliada a políticas e práticas que valorizem a autonomia e o suporte social, é essencial para garantir uma vivência digna e satisfatória dessa fase da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da metodologia empregada, foi possível investigar as particularidades da dependência no contexto do envelhecimento, considerando fatores contextuais como representações sociais e características socioeconômicas. Foi possível fortalecer a fundamentação necessária em uma abordagem interdisciplinar e sensível às nuances do envelhecimento, à medida que se observa o ser idoso integralmente.

A discussão sobre a dependência relacionada a variáveis sociais e socioeconômicas ressalta o crescente papel político e social da população idosa, a qual está em crescente exponencial. Ao buscar uma maior autonomia, tanto em decisões individuais quanto coletivas, é crucial considerar cuidadosamente a distinção entre dependência e autonomia. Ao identificar as vulnerabilidades, disparidades e consequências das desigualdades de acesso e escolha, fica evidente que as variáveis socioeconômicas e as atribuições sociais podem influenciar positivamente ou representar fatores de risco para maiores níveis de dependência.

A importância de uma rede de apoio bem estruturada e de políticas públicas voltadas à inclusão social e previdenciárias adequadas para promover maiores suportes e possibilidades de cuidado e recuperação a quadros de dependência, e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos idosos, foi evidenciada. Essas conclusões contribuem para uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados pela população idosa, destacando a necessidade de abordagens integradas e políticas inclusivas no campo do envelhecimento humano.

Embora tenha havido uma análise detalhada das representações sociais da velhice e seu impacto nas políticas sociais e na percepção individual, vale ressaltar que ainda há lacunas a serem preenchidas. Apesar da relevância dos determinantes socioeconômicos na análise da dependência em idosos, não foram encontradas pesquisas explícitas sobre esse tema na literatura científica específica sobre vulnerabilidade e níveis de dependência. Aponta-se a importância de pesquisas que visem preencher tal lacuna sobre determinantes socioeconômicos, o que espera-se que favoreça a compreensão de tais fatores e, conseqüentemente, a abrangência de intervenções apropriadas que visem mitigar quadros de dependência.

Verificou-se que representações negativas podem perpetuar estigmas e limitar o potencial de contribuição dos idosos para a sociedade, enquanto representações positivas podem promover uma visão mais inclusiva e valorativa dessa fase da vida. Porém, sobre essa segunda afirmação, abre-se considerações sobre a não dissociação da velhice de seus aspectos de vulnerabilidade, à medida que descontextualizar tal fase de vida pode favorecer o distanciamento individual dessa fase. Nota-se a importância de afirmar de maneira clara tanto as vulnerabilidades quanto suas potencialidades, e não uma visão condescendente ou que busque a juventude.

Além disso, os resultados destacam a necessidade de atenção às mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas que podem afetar a dependência e a autonomia dos idosos. A transição para a aposentadoria, muitas vezes acompanhada pela perda de redes sociais e falta de estímulo, pode aumentar a vulnerabilidade dessa população. Da mesma forma, a escassez de recursos socioeconômicos pode limitar o acesso a cuidados adequados e promover o aumento da dependência funcional. Os dois fatores conjuntos em um contexto apresentaram-se como uma maior fonte de implicações para a dependência.

É crucial reconhecer o impacto de lógicas econômicas na configuração desses cenários. As políticas públicas influenciadas pelo paradigma neoliberal tendem a

priorizar a produtividade e a geração de riqueza em detrimento do bem-estar social e da inclusão dos idosos na sociedade. Isso contribui para a marginalização e exclusão dessa população, especialmente aqueles que não se encaixam nos padrões de produtividade e autonomia preconizados pelo sistema econômico vigente.

Em síntese, estimula-se que as lacunas identificadas, tanto nos determinantes socioeconômicos quanto no caráter assistencial de políticas públicas que visem à integralidade da pessoa idosa na sociedade, garantindo sua autonomia e qualidade de vida, sejam investigadas e fomentem intervenções e horizontes que utilizem as potencialidades das pessoas idosas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Paula Santana Coelho et al. Falta de acesso e trajetória de utilização de serviços de saúde por idosos brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 6, p. 2213-2226, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/v25n6/1413-8123-csc-25-06-2213.pdf> Acesso em 20 jan. 2024.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; CUNHA, Gleicimar Gonçalves. Representações sociais do desenvolvimento humano. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 16, p. 147-155, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000100015> Acesso em 27 dez. 2023.

BEAUVOIR, Simone. [1970] **A Velhice**. (Tradução Maria Helena Franco Martins) – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BERNARDO, Wanderley Marques; NOBRE, Moacyr Roberto Cuce; JATENE, Fábio Biscegli. A prática clínica baseada em evidências: parte II-buscando as evidências em fontes de informação. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 44, p. 403-409, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-42302004000100045> Acesso em 15 jan. 2024.

BRANDEBUSQUE, Jonatas Calebe et al. Reserva cognitiva e os diferentes perfis de ganho cognitivo em idosos: uma scoping review. **Psico**, v. 51, n. 4, p. e33842-e33842, 2020. Disponível em: Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2020.4.33842> acesso em 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1991.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1993.

CABRAL, Juliana Fernandes *et al.* Vulnerabilidade e fatores associados em idosos atendidos pela Estratégia Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 24, p. 3227-3236, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.22962017> Acesso em: 26 dez. 2023.

CAMPOS, Luiz Fernando de Lara. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**. 6. ed. Alínea, 2019.

DEL DUCA, Giovâni Firpo; MARTINEZ, Aline de Deus; BASTOS, Gisele Alsina Nader. Perfil do idoso dependente de cuidado domiciliar em comunidades de baixo nível socioeconômico de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1159-1165, 2012. Disponível em:

https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v17n5/a10v17n5.pdf Acesso em 18 fev. 2024.

FERREIRA-COSTA, Jeniffer et al. Promoção de qualidade de vida na pessoa idosa: representações e adjetivações subjetivas. **Psi Unisc**, v. 7, n. 2, p. 249-257, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v7i2.18324> Acesso em 20 fev. 2024.

FUNCIA, Francisco R.; OCKE-REIS, Carlos Octávio. Efeitos da política de austeridade fiscal sobre o gasto público federal em saúde. In: Rossi P, Dweck E, Oliveira ALM (Orgs.). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, p. 83-97, 2018.

FREITAS, Neli Klix. Representações mentais, imagens visuais e conhecimento no pensamento de Vygotsky. **Ciências & Cognição**, v. 6, 2005.

LEMOS, Naira; MEDEIROS, Sônia Lima. Suporte Social ao Idoso Dependente. In: Freitas EV, Py L, (Ed.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2013. p. 2001-2010.

LIMA, Fabiana Ferreira Oliveira et al. Perfil Sociodemográfico e nível de dependência funcional de idosos com risco de quedas. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 12, n. 39, p. 164-178, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/idonline.v12i39.985> Acesso em 20 fev. 2024.

LIMA, Rafael Rodolfo Tomaz et al. Identificando necessidades e possíveis soluções: com a palavra, pessoas idosas na Atenção Primária à Saúde. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 977-989, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811915> Acesso em 20 fev. 2024.

LÜTZ, Karen Chisini Coutinho et al. Utilização dos serviços públicos de saúde especializados por pessoas idosas no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 25, e220183, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562022025.220183.pt> Acesso em 20 fev. 2024.

MARTINS, Aline Blaya et al. Atenção Primária à Saúde voltada às necessidades dos idosos: da teoria à prática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 3403-3416, 2014. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v19n8/1413-8123-csc-19-08-03403.pdf Acesso em 20 fev. 2024.

MATOS, Sara Azevedo et al. Aprendizagem como fator de influência na qualidade de vida de pessoas idosas. **Scientia Generalis**, v. 2, n. 2, p. 281-288, 2021. Disponível em: <https://www.scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/207> Acesso em 20 fev. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR. Carlos E. A. Introdução. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA Jr., Carlos E. A. (Orgs.) **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 11-24.

NERI, Anita Liberalesso; NERI, Marina Liberalesso. Envelhecimento Cognitivo. In: Freitas EV, Py L, (Ed.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2013. p. 2025-2083.

OGASSAVARA, D. et al. Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. **Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 8–21, 20 dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/23594381.2023.21.3.7646> Acesso em 20 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE [OMS]. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). 2005. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf Acesso em 20 fev. 2024.

PAÚL, Constança. Envelhecimento activo e redes de suporte social. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 15, 2005/2017. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2392>. Acesso em 28 Jan. 2024.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PEREIRA, Jessica Lacerda; ARAUJO, Filipe Ferraz; SANTOS, Kleyton Trindade. Capacidade funcional e qualidade de vida em idosos. **Fisioterapia Brasil**, p. 135-140, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33233/fb.v21i2.1310> Acesso em 20 fev. 2024.

RABELLO, Elaine T.; PASSOS, José Silveira. Vygotsky e o desenvolvimento humano. **Portal Brasileiro de Análise Transacional**, p. 1-10, 2010.

RODRIGUES, Nayara Souza *et al.* Implicação da representação social de pacientes com câncer. **Revista Mundi Saúde e Biológicas**, Curitiba, v. 1, n. 2, 2016.

SANTOS, Theotonio. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 1, n. 30, 2011. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/886> Acesso em 20 fev. 2024.

SILVA-FERREIRA, Thais *et al.* Cognição e indicadores de sintomas depressivos em pessoas idosas. **Amazônia: science & health**, v. 9, n. 1, p. 2-13, 2021. Disponível em: <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/2/article/view/3273> Acesso em 20 fev. 2024.

TAVARES, João Paulo de Almeida; NUNES, Lisa Alexandra Nogueira Veiga; GRÁCIO, Joana Catarina Gonçalves. Pessoa idosa hospitalizada: preditores do declínio funcional. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 29, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/nwWW68hPnpdC39BFHWcMkfc/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 20 fev. 2024.

TORRES, Gilson de Vasconcelos *et al.* Qualidade de vida e fatores associados em idosos dependentes em uma cidade do interior do Nordeste. **Jornal brasileiro de psiquiatria**, v. 58, p. 39-44, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0047-20852009000100006> Acesso em 20 fev. 2024.

TRAVASSOS, Cláudia; CASTRO, Mônica Silva Monteiro de. Determinantes e desigualdades sociais no acesso e na utilização de serviços de saúde. **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**, v. 2, p. 183-206, 2012

UCHÔA, Elizabeth; FIRMO, Josélia O. A.; LIMA-COSTA, Maria Fernanda F. Envelhecimento e saúde: experiência e construção cultural. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA Jr., Carlos E. A. (Orgs.) **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 25-35.

VIEIRA JR, Wilson Marques; MARTINS, Mônica. Idosos e planos de saúde no Brasil: análise das reclamações recebidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 3817-3826, 2015.

XAVIER, Alessandra Silva; NUNES, A. I. B. L. Psicologia do desenvolvimento. **Editora: EDUECE**. Fortaleza-CE, 2015.